

Demonstrações Financeiras

Energética Serra da Prata S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

INDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	19
5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS	19
6. TRIBUTOS DIFERIDOS	20
7. IMOBILIZADO	21
8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	23
9. FINANCIAMENTOS	23
10. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS	24
11. OUTRAS CONTAS A PAGAR	25
12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS	25
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
14. RECEITA LÍQUIDA	26
15. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)	27
16. RESULTADO FINANCEIRO	27
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	28
20. COBERTURA DE SEGUROS	31
21. EVENTO SUBSEQUENTE	31

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Energética Serra da Prata S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Serra da Prata S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Serra da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

As demonstrações financeiras da Energética Serra da Prata S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as destinações do resultado dos exercícios findos naqueles exercícios, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pelos acionistas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Salvador, 18 de setembro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	85	6.907	Fornecedores		550	1.733
Aplicações financeiras	3	1.277	4.214	Financiamentos	9	7.858	7.101
Contas a receber de clientes	4	3.607	5.442	Tributos a recolher		464	363
Outros créditos		177	299	Dividendos a pagar	13.2	43.146	25.350
Total do ativo circulante		<u>5.146</u>	<u>16.862</u>	Arrendamento a pagar	7.1	213	-
				Partes relacionadas	8	1.053	1.141
NÃO CIRCULANTE				Contas a pagar Eletrobras	10	10.064	13.114
Cauções e depósitos vinculados	5	11.502	10.866	Provisão para custos socioambientais	12	1.014	1.014
Partes relacionadas	8	80.778	61.547	Outras contas a pagar	11	1.337	-
Tributos diferidos	6	933	1.773	Total do passivo circulante		<u>65.699</u>	<u>49.816</u>
Outros créditos		-	25				
Imobilizado	7	152.528	150.022	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>245.741</u>	<u>224.233</u>	Financiamentos	9	55.299	63.587
				Arrendamento a pagar	7.1	8.187	-
				Contas a pagar Eletrobras	10	12.713	20.664
				Outras contas a pagar	11	1.024	-
				Total do passivo não circulante		<u>77.223</u>	<u>84.251</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
				Capital social		87.720	87.720
				Reservas de lucros		20.245	19.308
				Total do patrimônio líquido		107.965	107.028
TOTAL DO ATIVO		<u>250.887</u>	<u>241.095</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>250.887</u>	<u>241.095</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	14	42.812	33.496
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Depreciações e amortizações	7	(6.087)	(5.539)
Custo de operação		(6.747)	(8.576)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(785)	(747)
Total	15	<u>(13.619)</u>	<u>(14.862)</u>
LUCRO BRUTO		<u>29.193</u>	<u>18.634</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(4.995)	(3.291)
Outras despesas		(1.531)	-
Total	15	<u>(6.526)</u>	<u>(3.291)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>22.667</u>	<u>15.343</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		5.444	4.642
Despesas financeiras		(6.528)	(5.909)
Total	16	<u>(1.084)</u>	<u>(1.267)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>21.583</u>	<u>14.076</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.466)	(3.355)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.1	(384)	152
Total	17	<u>(2.850)</u>	<u>(3.203)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>18.733</u>	<u>10.873</u>
Lucro básico e diluído por ação (expressos em reais - R\$)		0,21	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	18.733	10.873
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>18.733</u>	<u>10.873</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		87.720	5.252	13.512	-	106.484
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.873	10.873
Constituição de reserva legal		-	544	-	(544)	-
Dividendos propostos	13.2	-	-	-	(10.329)	(10.329)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>87.720</u>	<u>5.796</u>	<u>13.512</u>	-	<u>107.028</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.733	18.733
Constituição de reserva legal		-	937	-	(937)	-
Dividendos propostos	13.2	-	-	-	(17.796)	(17.796)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>87.720</u>	<u>6.733</u>	<u>13.512</u>	-	<u>107.965</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		18.733	10.873
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	7, 15	6.087	5.539
Encargos sobre mútuo (líquido)	8, 16	(4.628)	(3.659)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	7	-	3
Juros sobre financiamentos	9.1, 16	5.298	5.888
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	16	(816)	(983)
Atualização e provisão líquida Eletrobras	10.1	3.275	10.177
Tributos diferidos	6.1	840	(332)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		1.835	(216)
Outros créditos		147	61
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(32)	568
Tributos a recolher		1.131	1.653
Contas a pagar Eletrobras	10.1	(14.276)	(3.782)
Outras contas a pagar		1.108	
Partes relacionadas	8	1.450	1.057
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.030)	(1.640)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	9.1	(5.282)	(5.888)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>13.840</u>	<u>19.319</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição imobilizado em serviço	7	(11)	(6)
Aplicações financeiras, cauções e depósitos vinculados		3.117	225
Partes relacionadas	8	(14.888)	(13.255)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(11.782)</u>	<u>(13.036)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de passivos de arrendamento	2.5	(1.333)	-
Pagamento de financiamentos	9.1	(7.547)	(7.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(8.880)</u>	<u>(7.100)</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6.822)</u>	<u>(817)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	6.907	7.724
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	85	6.907
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6.822)</u>	<u>(817)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, no estado da Bahia.

A Companhia é controlada pela Enerbrás Centrais Elétricas S.A. (“Enerbrás”), uma empresa do Grupo Renova (Renova Energia S.A. – em recuperação judicial).

Desde 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato R\$ mil	Montante autorizado a ser vendido MWh	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Contratual R\$	Atualizado R\$	Inicial	Final		
Cachoeira da Lixa	168.009	65.174	121,35	286,63	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	149.297	57.903	121,35	286,63	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	213.370	41.084	121,35	286,63	jul/08	jun/28	IGP-M	junho

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Repactuação do risco hidrológico

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 11,94 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,07 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2019 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

O pagamento referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi registrado como adiantamento do prêmio de seguro para pagamento até 30 de junho de 2020.

No exercício de 2019, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.048 (R\$1.973 em 2018), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação (Nota 15).

1.2. Recuperação judicial do Grupo Renova

A Renova Energia, controladora indireta da Companhia, protocolou em 6 de outubro de 2019 juntamente com determinadas controladas excetuando a Companhia, pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005, o qual foi deferido nessa mesma data e dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005, que foi estendido por mais 120 dias;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 17 de dezembro de 2019 o a controladora indireta Renova Energia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica- financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em 06 de julho de 2020 a controladora indireta Renova Energia protocolou 2 (dois) novos Planos de Recuperação Judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a controladora indireta Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

O plano de recuperação judicial do Grupo Renova encontra-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em outubro de 2020. Todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

A Companhia não é parte do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 17 de setembro de 2020, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 18)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 3);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 5); e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 8).

b) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota explicativa 4).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores;
- Financiamentos (nota explicativa 9); e
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 10).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.5. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda de energia elétrica gerada é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.6. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Espra optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos

reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensura o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4.2. Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 12.

2.4.3 Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado.

Conforme mencionado na nota 2.3.2.2, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 7.

2.5 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1 de janeiro de 2019.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2019:

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) e o ICPC 03)

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	<u>Terrenos</u>
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	19.235
Impactos da taxa de desconto	(10.802)
Exclusão de arrendamento de baixo valor e curto prazo	-
Ativo de direito de uso	<u><u>8.433</u></u>
Passivo de arrendamento	<u><u>8.433</u></u>
Prazo médio contratual (anos)	15

Tais contratos são remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). A seguir são demonstrados os impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente e desconsiderando os potenciais efeitos dos custos passíveis de capitalização da infraestrutura em construção):

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Impactos na demonstração do resultado	<u>31/12/2019</u>
Despesa com depreciação e amortização	(570)
Despesas financeiras	<u>(1.152)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u><u>(1.722)</u></u>

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$1.333, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Após a adoção da Interpretação, a Companhia considerou se possui posições fiscais incertas. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33 / IAS 19: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 15 (R1)

As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, e, assim, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

CPC 26 (R1) - Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Além das alterações previstas acima, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta movimento	85	5
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	6.902
Aplicações financeiras	<u>1.277</u>	<u>4.214</u>
Total	<u><u>1.362</u></u>	<u><u>11.121</u></u>
Apresentados como:		
<u>Circulante</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	85	6.907
Aplicações financeiras	<u>1.277</u>	<u>4.214</u>
Total	<u><u>1.362</u></u>	<u><u>11.121</u></u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 56,81% até 98,00% (2018 – de 50% até 84,10%) do CDI – Certificado de depósito interbancário.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S/A	3.607	5.442

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS diferido	90	172
COFINS diferida	416	790
IRPJ diferido	277	527
CSLL diferida	150	284
Total	<u>933</u>	<u>1.773</u>

Os tributos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada. Esses tributos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

6.1 Movimentação dos tributos diferidos

	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	659	782	1.441
Movimentação líquida	<u>152</u>	<u>180</u>	<u>332</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	811	962	1.773
Movimentação líquida	<u>(384)</u>	<u>(456)</u>	<u>(840)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>427</u>	<u>506</u>	<u>933</u>

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Terrenos		595	-	-	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	-	-	95.797	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	-	46.336	-	46.336
Máquinas e equipamentos	4%	65.012	-	-	65.012	-	65.012
Móveis e utensílios	10%	142	-	-	142	-	142
Equipamentos de informática	17%	247	-	-	247	-	247
Outros	14%	15	-	-	15	-	15
Administração							
Equipamentos de informática	20%	18	-	-	18	-	18
		208.162	-	-	208.162	-	208.162
Estoques							
Almojarifado geral		-	6	(3)	3	11	14
Total		208.162	6	(3)	208.165	11	208.176
(-) Depreciação							
Geração							
Reservatórios, barragens e adutoras		(21.169)	(2.241)	-	(23.410)	(2.234)	(25.644)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(11.901)	(1.264)	-	(13.165)	(1.264)	(14.429)
Máquinas e equipamentos		(19.151)	(2.013)	-	(21.164)	(2.014)	(23.178)
Móveis e utensílios		(110)	(16)	-	(126)	(4)	(130)
Equipamentos de informática		(244)	(3)	-	(247)	-	(247)
Outros		(11)	(2)	-	(13)	(1)	(14)
Administração							
Equipamentos de informática		(18)	-	-	(18)	-	(18)
Total		(52.604)	(5.539)	-	(58.143)	(5.517)	(63.660)
Total do imobilizado em serviço		155.558	(5.533)	(3)	150.022	(5.506)	144.516
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		-	-	-	-	8.582	8.582
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo		-	-	-	-	(570)	(570)
Total direito de uso		-	-	-	-	8.012	8.012
Total do imobilizado		155.558	(5.533)	(3)	150.022	2.506	152.528

As imobilizações em serviço estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

A ANEEL, através do ofício 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento com o Banco do Nordeste - BNB.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil e a depreciação dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a revisão do valor recuperável do seu ativo imobilizado utilizando como premissa o método do valor em uso dos ativos e a taxa de desconto real (WACC) par trazer a valor presente os fluxos de caixa foi de 13,04%. Como resultado a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

7.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia identificou 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2019</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	1.359
Direito de uso do ativo arrendado	8.582	(-) Juros a apropriar	<u>(1.146)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(570)</u>	Total do passivo circulante	213
	8.012	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	17.649
		(-) Juros a apropriar	<u>(9.462)</u>
		Total do passivo não circulante	8.187
Ativo total	<u>8.012</u>	Passivo total	<u>8.400</u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 14,71% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Custo	
Amortização direito de uso	570
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>1.152</u>
Total	<u>1.722</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2020	1.146	1.359
2021	1.115	1.359
2022	1.079	1.359
2023	1.038	1.359
2024	990	1.359
2025 a 2033	<u>5.240</u>	<u>12.213</u>
Total	<u>10.608</u>	<u>19.008</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Resultado financeiro	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mútuo ^(a)				
Renova Energia	65.757	47.585	3.627	2.993
Renova Comercializadora	15.021	13.962	1.001	666
	<u>80.778</u>	<u>61.547</u>	<u>4.628</u>	<u>3.659</u>
	Passivo		Despesa	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Renova Energia				
Rateio de despesa ^(b)	1.053	1.141	(4.863)	(4.293)

a) Mútuo – mútuos realizados com sua controladora indireta Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova Energia”), e com a parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”) com o objetivo de suprir a necessidade de caixa dessas empresas. Esses contratos estão sujeitos a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a.

b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora indireta Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

9. FINANCIAMENTOS

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	7.858	7.101
Não Circulante	55.299	63.587
Total	<u>63.157</u>	<u>70.688</u>

A Companhia, com interveniência da controladora Enerbras, obteve financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. O contrato não exige índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$144.501), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Companhia, no valor de R\$398.967 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.502, em 31 de dezembro de 2019 (nota explicativa 5).

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

9.1 Movimentação:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo Inicial	70.688	77.788
Encargos financeiros provisionados	5.298	5.888
Encargos financeiros pagos	(5.282)	(5.888)
Amortização de financiamento	(7.547)	(7.100)
Saldo final	<u>63.157</u>	<u>70.688</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2021	8.523
2022	9.054
2023	9.616
2024	10.211
2025	11.486
2026	6.409
Total	<u>55.299</u>

10. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Eletrobras		
Circulante	10.064	13.114
Não Circulante	<u>12.713</u>	<u>20.664</u>
Total	<u>22.777</u>	<u>33.778</u>

O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

10.1 Movimentação

<u>31/12/2017</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>
27.383	10.177	(3.782)	33.778	3.275	(14.276)	22.777

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.418. A Companhia decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores autuados junto à Receita Federal para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração.

Ainda, em 10 de dezembro de 2019, a Companhia assinou com a Renova Energia instrumento particular de assunção de dívida assumindo integral e incondicionalmente a obrigação de pagamento da dívida da acionista com terceiro, no montante de R\$1.253, em seis parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira paga em dezembro de 2019. Essa dívida foi quitada em maio de 2020.

11.1 Movimentação:

Saldo em				Saldo em
<u>31/12/2018</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>
-	2.671	41	(351)	2.361

Apresentados como:

Circulante	1.337
Não circulante	<u>1.024</u>
Total	<u><u>2.361</u></u>

12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

A Companhia mantém registrado em suas demonstrações financeiras provisão para compensação ambiental baseado na norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante os órgãos reguladores.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$87.720 e está representado por 87.810.191, sendo 85.171.811 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.638.380 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Enerbras Centrais Elétricas S.A. que por sua vez é uma controlada integral da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial.

Ações dadas em garantia

Em 03 de maio de 2019, a controladora indireta Renova Energia renegociou dívida com o Banco BTG Pactual S.A., e apresentou como garantia penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Companhia, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Até a presente data, a Administração da Companhia não foi comunicada sobre qualquer alteração na posse e/ou propriedade das ações representativas do seu capital social, não tendo alterado o tratamento dado até então a essas garantias.

13.2 Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o resultado do exercício será destinado da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- b) O restante será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado.

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração está propondo ad referendum a Assembleia Geral de Acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$17.796, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>31/12/2019</u>
Dividendos a pagar	15.021	10.329	25.350	17.796	43.146

14. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>
Geração				
Suprimento de energia elétrica	131.083	44.434	119.970	34.765
(-) Impostos sobre receita (PIS/COFINS)		(1.622)		(1.269)
Total		<u>42.812</u>		<u>33.496</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

15. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(659)	-	(659)	(640)	-	(640)
Taxa de fiscalização	(126)	-	(126)	(107)	-	(107)
	(785)	-	(785)	(747)	-	(747)
Serviços de terceiros	(3.442)	(76)	(3.518)	(4.268)	(265)	(4.533)
Depreciação e amortização (nota 7)	(6.087)	-	(6.087)	(5.539)	-	(5.539)
Repactuação do risco hidrológico (nota 1.1)	(2.048)	-	(2.048)	(1.973)	-	(1.973)
Material de uso e consumo	(1.047)	(30)	(1.077)	(930)	(49)	(979)
Seguros	(210)	-	(210)	(252)	-	(252)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	(1.153)	(148)	(1.301)
Pessoal e administradores	-	(4.263)	(4.263)	-	(3.715)	(3.715)
Penalidade Fiscal (nota 11)	-	(1.418)	(1.418)	-	-	-
Telefonia e TI	-	(459)	(459)	-	(451)	(451)
Viagens	-	(116)	(116)	-	(140)	(140)
Impostos e taxas	-	(46)	(46)	-	(100)	(100)
Outras	-	(118)	(118)	-	1.577	1.577
	<u>(12.834)</u>	<u>(6.526)</u>	<u>(19.360)</u>	<u>(14.115)</u>	<u>(3.291)</u>	<u>(17.406)</u>
Total	<u>(13.619)</u>	<u>(6.526)</u>	<u>(20.145)</u>	<u>(14.862)</u>	<u>(3.291)</u>	<u>(18.153)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	816	983
Juros - mútuo (nota 8)	4.628	3.659
Total das receitas financeiras	<u>5.444</u>	<u>4.642</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (nota 9)	(5.298)	(5.888)
IOF	(10)	(7)
Juros sobre obrigação de arrendamento	(1.152)	-
Outras	(68)	(14)
Total das despesas financeiras	<u>(6.528)</u>	<u>(5.909)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(1.084)</u>	<u>(1.267)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta	44.434	34.765	44.434	34.765
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo presumido	3.555	2.781	5.332	4.172
Outras receitas	4.427	6.343	4.427	6.343
Base de cálculo	7.982	9.124	9.759	10.515
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(1.996)	(2.281)	(878)	(946)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	24	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(1.972)	(2.257)	(878)	(946)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	85	5	85	5
Aplicações financeiras	1.277	11.116	1.277	11.116
Contas a receber de clientes	3.607	5.442	3.607	5.442
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	11.502	10.866	11.502	10.866
Partes relacionadas	80.778	61.547	80.778	61.547
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	549	1.733	549	1.733
Financiamentos	7.858	7.101	7.858	7.101
Não circulante				
Financiamentos	55.299	63.587	55.299	63.587

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	85	-	85	5	-	5
Aplicações financeiras	1.277	-	1.277	11.116	-	11.116
Contas a receber de clientes	-	3.607	3.607	-	5.442	5.442
Não circulante						
Cauções e depósitos vinculados	-	11.502	11.502	-	10.866	10.866
Partes relacionadas	-	80.778	80.778	-	61.547	61.547
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	549	549	-	1.733	1.733
Financiamentos	-	7.858	7.858	-	7.101	7.101
Não circulante						
Financiamentos	-	55.299	55.299	-	63.587	63.587

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Espra possui como contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía risco de mercado, uma vez que a taxa do financiamento captado é pré-fixada.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

O fluxo de realização das obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxa de juros pré-fixada	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos	1.978	5.881	51.377	3.921	63.157

e) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 4.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dívida de financiamentos	63.157	70.688
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.362)	(11.121)
Dívida líquida	61.795	59.567
Patrimônio líquido	107.965	107.028
Índice de alavancagem financeira - %	57%	56%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

h) Risco da escassez hidrológica

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota 1 as três PCHs da Companhia optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

19. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Direito de uso - Arrendamento	7	8.582	-
Partes relacionadas (encontro de contas)	8	1.538	-
Partes relacionadas (passivo)	8, 11	1.253	-
Dividendos propostos	13	17.796	10.329

20. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco de operação com coberturas de seguros contratados pela Companhia.

<u>Objeto de garantia</u>	Importância <u>segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Riscos operacionais	R\$ 72.168	25/10/2016	25/10/2020
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2020

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

21.1 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar a totalidade dos possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual redução no consumo de energia elétrica e conseqüentemente na receita de venda de energia. Porém, como a Companhia possui contratos com o PROINFA, não esperamos impactos significativos, considerando que o histórico destes contratos não contempla impactos relevantes quando de uma eventual redução de demanda.

Adicionalmente a retração macroeconômica decorrente do COVID-19 poderá também impactar o processo de recuperação judicial da controladora indireta Renova Energia e de algumas de suas controladas em função de eventuais alterações nas condições de mercado para prospecção e obtenção de novos recursos para financiar as nossas operações, incluindo a conclusão dos parques eólicos da controladora Renova Energia, bem como a eventual alienação de ativos. A Companhia não é parte do processo de recuperação judicial da sua controladora.

De forma geral a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

21.2 Repactuação do contrato de financiamento

Em 28 de abril de 2020, a Companhia repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA